



PLN 19/2021

00025

**CONGRESSO NACIONAL**

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDA AO RELATÓRIO PRELIMINAR

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA

**EMENDA Nº****EMENDA AO RELATÓRIO PRELIMINAR****PL nº 19/2021-CN**

Data: 03/12/2021

## Texto da emenda

Excluem-se no "Anexo II.A - Cancelamento prévio" as programações relativas ao órgão 26000 Ministério da Educação

## Justificativa

Essa emenda tem como finalidade preservar a programação do Ministério da Educação constante do PLOA 2022.

Com o advento da limitação de gastos do Poder Executivo, imposta pela EC nº 95/2016, a tendência verificada no decréscimo das despesas realizadas pelo Ministério da Educação indicam que as políticas educacionais não estiveram entre as prioridades do Governo federal, o que coloca em risco a observância do princípio constitucional da proibição do retrocesso das políticas sociais.

Para 2022, o cenário projetado pela lei orçamentária anual impõe à educação novos reveses que indicam a manutenção da tendência observada na efetiva execução de despesas do período 2016-2020.

Nessa perspectiva, a aprovação do Novo Fundeb por meio da EC nº 108/2020, mais redistributivo e com maior participação da União, graças ao protagonismo assumido pelo Congresso Nacional nas sessões legislativas de 2017 a 2020, representa um alento na tentativa de suprir as carências educacionais existentes, materializadas nas metas, ainda distantes de serem cumpridas, do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Dentre as metas a serem atingidas, permanece na agenda educacional a adequação das condições de financiamento das redes de ensino, agravada com a atual pandemia, a fim de que se assegure padrão mínimo de qualidade às redes de maior vulnerabilidade, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), novo preceito constitucional introduzido pela EC nº 108/2020, a ser pactuado em regime de colaboração, na forma disposta em lei complementar que regulamente o Sistema Nacional de Educação.

Essa emenda tem como finalidade preservar a programação do Ministério da Educação constante do PLOA 2022.

Com o advento da limitação de gastos do Poder Executivo, imposta pela EC nº 95/2016, a tendência verificada no decréscimo das despesas realizadas pelo Ministério da Educação indicam que as políticas educacionais não estiveram entre as prioridades do



CD/21289.50108-00



\*CD212895010800\*



Para a validação, preencher todos os campos, inclusive número da proposição e código do autor. Só serão aceitos  
números autenticados e assinados pelo autor. <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212895010800>



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
**EMENDA AO RELATÓRIO PRELIMINAR**  
**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA**

Governo federal, o que coloca em risco a observância do princípio constitucional da proibição do retrocesso das políticas sociais.

Para 2022, o cenário projetado pela lei orçamentária anual impõe à educação novos reveses que indicam a manutenção da tendência observada na efetiva execução de despesas do período 2016-2020.

Nessa perspectiva, a aprovação do Novo Fundeb por meio da EC nº 108/2020, mais redistributivo e com maior participação da União, graças ao protagonismo assumido pelo Congresso Nacional nas sessões legislativas de 2017 a 2020, representa um alento na tentativa de suprir as carências educacionais existentes, materializadas nas metas, ainda distantes de serem cumpridas, do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Dentre as metas a serem atingidas, permanece na agenda educacional a adequação das condições de financiamento das redes de ensino, agravada com a atual pandemia, a fim de que se assegure padrão mínimo de qualidade às redes de maior vulnerabilidade, tendo como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), novo preceito constitucional introduzido pela EC nº 108/2020, a ser pactuado em regime de colaboração, na forma disposta em lei complementar que regulamente o Sistema Nacional de Educação.

3051- BACELAR - PODEMOS- BA

Assinatura



Para a observação do preenchimento de todos os campos, inclusive número da proposição e código do autor. Só serão aceitos originais autenticados e assinados pelo autor.  
Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse: <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212895010800>



CD/21289.50108-00



\*CD212895010800\*